

ECONOMIA DA CULTURA: ENFOQUE PROSPECTIVO SOBRE O SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E A ADEQUAÇÃO DO FOMENTO DA POLÍTICA CULTURAL NACIONAL

Patrícia Silva de Almeida*

Marisa Rossignoli**

Resumo: O presente artigo tem por objeto analisar aspectos da economia da cultura no Brasil, e a participação no desenvolvimento socioeconômico com parâmetros de sustentabilidade. São utilizados os aportes teóricos dos economistas internacionais, David Throsby, Françoise Benhamou, Luis César Herrero Prieto e Arjo Klamer; e nacionais, Leandro Valiatti, Gustavo Moller, José Carlos Durand e Marcelo Milan, bem como os reconhecidos estudos da FGV Projeto e do CEGOV-UFGRS, através do uso indicadores prospectivos das atividades da cultura e da criatividade junto à economia, análises importantes à valoração do capital cultural, mensuração dos impactos diretos e indiretos gerados pelas atividades; assim como visa a relevância dos aspectos econômicos na possível reformulação do papel estatal na

*Doutoranda e Mestre em Direito pelo Programa de Doutorado em Direito pela Universidade de Marília - UNIMAR/SP. Especialista em Direito Público pela Escola de Magistratura Federal do Rio Grande do Sul - ESMAFE/RS. Oficiala Registradora de Pessoas Naturais e Tabela de Notas do Município de Santa Salete, Comarca de Urânia, Estado de São Paulo.

** Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Marília – UNIMAR/SP. Graduada em Ciências Econômicas pela UNESP- Araraquara, Mestre em Economia pela PUC-SP e Doutora em Educação pela UNIMEP. Delegada Municipal do Conselho Regional de Economia para o Município de Marília-SP – Brasil.

geração (ou reformulação) de implantação de políticas públicas adequadas a esse pujante setor econômico.

Palavras-Chave: Economia da cultura; Capital cultural; Desenvolvimento econômico sustentável; Política cultural; Sistema da arte e da cultura no Brasil.

Abstract: The present article aims to analyze aspects of the culture economy in Brazil, and the participation in the socio-economic development with parameters of sustainability. The theoretical contributions of international economists, David Throsby, Françoise Benhamou, Luis César Herrero Prieto and Arjo Klamer are used; and national studies, Leandro Valiatti, Gustavo Moller, José Carlos Durand and Marcelo Milan, as well as the recognized studies of the FGV Project and the CEGOV-UFGRS, through the use of prospective indicators of the activities of culture and creativity with the economy, of the cultural capital, measurement of the direct and indirect impacts generated by the activities; as well as the relevance of economic aspects in the possible reformulation of the state role in the generation (or reformulation) of the implementation of public policies adequate to this thriving economic sector.

Keywords: Art and cultural system in Brazil; Cultural capital; Cultural policy; Economics of culture; Sustainable economic development.

INTRODUÇÃO



Um nicho de conhecimento dentro das ciências econômicas, a economia da cultura e da criatividade tem se desenvolvido no mundo todo.

No Brasil, encontra-se em plena expansão e requer uma melhor adequação e projeção de uma

política pública inovadora setorial, com apropriados investimentos e reconhecimento desse emergente capital cultural, para que movimento o crescente desenvolvimento da economia nacional com padrões de sustentabilidade.

A cultura é representativa de um valor econômico significativo e poder simbólico, comportando um conjunto de atividades econômicas diversificadas, representando uma vasta cadeia produtiva, em específico, influenciando diretamente as receitas e as despesas públicas e os investimentos efetuados pelo privado.

Dentro do panorama econômico de valoração do setor cultural e de sua participação no desenvolvimento econômico, apresentar a visão de David Throsby, de Luis César Herrero Prieto e de Arjo Klamer sobre a existência de um capital cultural que, em sentido econômico, vem a ser meio de mensuração da importância do setor cultural ínsito na economia de um país, inclusive servindo de base comum a realizar as análises prospectivas acerca dos bens, dos serviços e dos consumidores, entre outras manifestações culturais.

A existência desse tipo de capital dentro da economia, apresenta duas razões para despertar o interesse no tema de pesquisa, direcionando a indagar: a economia da cultura e da criatividade no Brasil seria representativa de um desenvolvimento econômico dinâmico e sustentável? Seria a mesma responsável por implementar políticas públicas para o fomento das atividades culturais? É possível implementar mudanças no modelo e no processo de formulação de políticas públicas existente almejando padrões de sustentabilidade?

Frente a tais inquietações, por questões didáticas, o desenvolvimento do artigo far-se-á da seguinte forma em tópicos: abordar-se-á no primeiro tópico “*A economia da cultura e da criatividade: um marco influente na economia atual*”, a importância dos estudos de um ramo considerado incipiente no Brasil, mas que vem proporcionar novas oportunidades para o

crescimento e diversificação da estrutura econômica nacional. A ramificação desse setor produtivo (patrimônio cultural, artes cênicas e indústria cultural) respaldam, com êxito, o aumento do volume de negócios no setor, estimulando o crescimento das economias regionais e locais dentro de um mesmo espaço geográfico, uma forma de geração de riquezas – direta e indireta – e de coesão social.

Em segundo tópico expositivo, colocar-se-á em destaque “*A formação de um capital cultural e o seu valor econômico*”, uma abordagem concebida pelo economista australiano David Throsby e pelo economista espanhol Luis César Herrero Prieto sobre a formação do capital cultural para a ciência econômica e sua relevância quanto elemento de desenvolvimento econômico, apresentando os impactos do setor cultural - de curto a longo prazo – na economia de um país, de forma a estimular o desenvolvimento econômico.

Na sequência, os “*Impactos do setor cultural sobre o mencionado desenvolvimento econômico: os estudos da Fundação Getúlio Vargas sobre a cultura na economia no Brasil*”, destaca-se o reconhecimento de um recente estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas que se propôs a análise socioeconômica da realidade do setor cultural no país, utilizando-se de três indicadores: o orçamento público, o crescimento do mercado de trabalho e a observação referente ao consumo na área.

Por fim, “*A adequação de políticas públicas sustentáveis voltadas ao setor cultural: revendo o nosso modelo de intervenção pública*” um diagnóstico acerca da importância das políticas públicas desenvolvidas, em virtude do aumento do crescimento da oferta de bens e serviços culturais contribuintes ao desenvolvimento da economia nacional.

Nesse aspecto, convém apresentar, a tarefa que se impõe nesse artigo a análise e a descrição o impacto do setor cultural no desenvolvimento econômico e a pertinente implementação de políticas públicas que demandem esforços conjuntos entre a

esfera pública e do privado, ampliando a capacidade econômica nacional na geração de bens e serviços que, mesmo dispostos a sociedade como algo de valor incomensurável contribua também, prospectivamente, ao progresso produtivo econômico de base sustentável. Além disso, analisa-se as incertezas e o modelo de intervenção pública adotado, tomando por ponto de partida outras formas de políticas culturais.

Convém destacar, o emprego do método hipotético-dedutivo, como metodologia geral, e quanto ao procedimento técnico, um apanhado essencialmente bibliográfico-analítico, com base em referencial teórico disciplinar entre a literatura nacional e a internacional.

Em suma, firmando a importância da temática à prospecção de desenvolvimento econômico (sustentável) da cultura em nosso país e, mormente, por reconhecermos o ponto de interligação do setor cultural e o desenvolvimento econômico nacional e adequação das políticas públicas voltadas ao setor, descreve-se a análise, organizada nos seguintes tópicos.

1 A ECONOMIA DA CULTURA E DA CRIATIVIDADE: UM MARCO INFLUENTE NA ECONOMIA ATUAL

Ao referenciar estudos econômicos sobre a área da economia da cultura e da criatividade partimos do pressuposto, os conhecimentos que se têm, até o presente momento, estão distantes dos conceitos apresentados pela ciência econômica tradicional, visto não haver o encaixe perfeitamente a desse nicho econômico.

Isso por que, a visão padrão que dispomos sobre a economia tradicional foca nos sistemas de mercados, nas transações entre os sujeitos comerciais, no preço e nos resultados alcançados para fins de mensuração do produto interno bruto, um indicador preciso que mede a performance econômica das áreas produtivas (KLAMER, 2016).

A economia tradicional ainda tem direcionado seu olhar na economia industrial e na geração de *commodities* – muito bem explorada no Brasil –, deixando de lado possíveis análises acuradas sobre a economia baseada na prestação de serviços culturais e da criatividade, ainda emergentes em nosso país.

Isso se deve, em parte, pela dificuldade encontrada pela ciência econômica em aproximar e descrever a arte e a cultura como algo que pode e deve ser pensada economicamente.

Segundo o economista australiano David Throsby (2001), influente estudioso em economia da cultura no mundo, a palavra cultura é empregada em diversos sentidos no cotidiano das pessoas, contudo, ausente de significado tangível e, em geral, relacionada ao plano do erudito, aproximada as ideias e aos conceitos próprios do âmbito das ciências humanas e sociais. Quando aproximada da economia tradicional, carece de definição precisa e, de forma analítica, não comporta uma mensuração objetiva e funcional.

E isso se deve ao fato de que as atividades ligadas a cultura e a criatividade possuem características muito específicas e que as tornam difíceis de estabelecer métricas precisas que propiciem uma mensuração absoluta e completa, visto que a cultura possui uma dimensão qualitativa complexa difícil de ser mensurada (MILAN, 2016).

O economista holandês Arjo Klamer (2016), atual presidente da Associação Internacional de Economia da Cultura, oportunamente ao contribuir com o Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo (CEGOV) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ocasião em que aborda a valoração da base econômica no trato da economia da cultura e da criatividade, descreve por ser um conceito emergente, nasce com o intuito de substituir a noção de economia informacional (tecnologias de informação) e de conhecimento (educação), ambas consolidadas mas pouco exploradas, em certos países.

Uma economia criativa é sobre ideias e imagens, sobre significados, música é um bom exemplo disso. Música é som e, como

tal, intangível e difícil de apreender. Música precisa ter um significado para ser ouvida e, uma vez que isso ocorre, ela atrai atenção de outras pessoas. A música envolve transações de todos os tipos, mas ela é mais do que isso. A mesma verdade é aplicável para design, arquitetura, moda, jogos, arte, internet, conhecimento, comunidade, religião, e assim por diante. Todos esses bens adquirem valor por meio de transações econômicas, e o produto interno bruto não é capaz de contabilizar esse valor (KLAMER, 2016, p. 8).

Sobrevém na atualidade diversas formas de pensar economicamente a arte, a cultura e a criatividade como algo não equivalente a transportar as manifestações humanas em comparação aos bens produzidos em larga escala pela indústria em geral.

Na visão do sociólogo e ex-secretário da cultura no Estado de São Paulo, José Carlos Durand (2013), diferente do que ocorre nos processos de industrialização em geral, existe uma relutância institucionalizada em reconhecer que as práticas culturais – típicas manifestações criativas humanas -, seus bens e serviços que delas resultem sejam envoltos por uma lógica de interesses econômicos, muito pautada pelo consenso político social democrático que torna a cultura um espaço vivencial de igualdade, de identidade e de solidariedade, carecendo de retorno financeiro, apesar de possuir um valor criativo incomensurável e único em cada canto do mundo.

A constatação é alcançada ou percebida, quando da corrente descrição do significado da cultura pela sociologia, conforme descreve Edgar Morin (2000) em sendo um conjunto dos saberes e fazeres, crenças, ideias, valores, mitos que são transmitidos de geração em geração, controla a existência de uma sociedade, sendo cada cultura única.

Logo, por comportar um caráter abstrato, há sempre uma cultura dentro de outra cultura, sendo desafiador buscar quantificar o impacto das manifestações culturais dentro da economia, visto que as definições de cultura são amplas e diferem de um contexto social entre as diversas sociedades no mundo.

As culturas podem diferir de sociedade para sociedade, mas a sua evolução não se encontra determinada por conceitos e ideias que representam, o qual o mundo material em que estão situadas, o chamado “materialismo cultural” (THROSBY, 2001, p. 25) que proporciona um meio de integrar a cultura com a mundo material da economia.

Ademais, por estar consolidado o reconhecimento científico e acadêmico, a economia da cultura se apresenta muito para além de um ramo tradicional da economia, sendo a sua análise desmembrada em três grandes campos de atuação, ou seja, as artes cênicas, o patrimônio cultural e a indústria cultural.

Separadas nesses três grupos, a Organização das Nações Unidas – ONU, por meio da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento- UNTACD (EUROPEAN COMMISSION, 2016), ao realizar seus estudos acerca do desenvolvimento econômico da área cultural, definiu-se o chamado *círculo concêntrico* dividindo o setor cultural, em nichos: o patrimônio cultural (que carrega a hereditariedade, a herança, todo o patrimônio histórico, arqueológico e documental, encontrados em instituições que se dispõem a tal salvaguarda e proteção, como Museus, Bibliotecas, Arquivos, Monumentos Públicos, etc.), as criações das artes cênicas e plásticas (inclui nesse ramo a pintura, a escultura, a fotografia, as artes musicais, um setor propriamente alta cultura, pois é reflexo da criação mais pura e seletiva, objetos apartados de mercado direto, tendo em vista o seu colecionismo ou elitismo de consumo restrito) e, por fim, a indústria cultural e criativa (de natureza reproduzível, abarca o setor de livros, a música gravada, o setor audiovisual, o cinema, os meios de comunicação, etc; com exploração e distribuição em massa, que apresenta uma crescente nos estudos culturais como fator de desenvolvimento econômico, pois contempla as novas tecnologias e o mercado de inovação, de conectividade e de base intelectual).

E, reafirmando esse agrupamento de ramos dentro da

área cultural, a posição de Luis César Herrero Prieto:

Todos estos elementos están cosidos por un mismo hilo conductor, la esencia de inteligência, beleza o valor simbólico, pero también son radicalmente diferentes en su naturaleza y tratamiento: las artes escénicas y musicales constituyen um espectáculo em vivo que se agota en le mismo momento en le que se interpretan; el patrimônio cultural es un recurso único, irrepetible, pero sometido a condiciones de sostenibilidad; y las industrias culturales, consisten en la mercantilización de obras culturales reproducibles (PRIETO, 2010, p. 203).

Se de um lado tem-se uma análise descritiva da classificação e da natureza dos bens culturais, partindo do *discrímen* acima exposto, de outro lado, analisa-se o funcionamento e a organização do mercado cultural, dentro da perspectiva de positividade econômica normativa, ao contemplar a avaliação e a disponibilização dos recursos públicos e privados, temos, ainda por firmar a medição dos fluxos que o setor cultural move, por consequência, as implicações funcionais que isso representa ao desenvolvimento econômico de um país e suas regiões, por intermédio da existência de um capital cultural, precisa ser corretamente desenvolvido e mantido com padrões de sustentabilidade.

Para tanto, há a ambição se encontrar novas oportunidades à diversificação da economia produtiva das economias locais e regionais de áreas pouco exploradas.

O êxito nas experiências obtidas pelos investimentos destinados ao setor (melhorias de políticas públicas casados aos investimentos privados), em países como a Espanha, tem se utilizado do fator cultural como meio de mudança de desenvolvimento socioeconômico, associado ao turismo e a criação cultural (PRIETO, 2010).

Dentro dessa perspectiva, o propósito de abordagem contempla um meio de estabelecer a aproximação da cultura à economia, justificando a relevância ao desenvolvimento socioeconômico, partindo, na sequência expositiva, da relação existente entre a formação de um capital cultural e a viabilidade de alcance desse desenvolvimento ampliativo a curto e a longo prazo, desde

que seja galgado com parâmetros sustentáveis.

2 A FORMAÇÃO DE UM CAPITAL CULTURAL E SEU VALOR ECONÔMICO

Como descrito no tópico anterior, o setor cultural comporta um conjunto de bens e valores (obras e manifestações artísticas), em essência, possuem significados difíceis de mensurar; no entanto, essa combinação de formas e expressões são importantes a formação das identidades individuais ou coletivas de uma nação (CURREAU, 2011), bem como a produção de riquezas e viabilidade de crescimento sócio-econômico-cultural.

Em todos os setoriais da moderna economia da cultura há algumas peculiaridades sobre a sua fixação de valor de mercado, primeiramente, em virtude da adequação aos conceitos da economia tradicional de escala e; segundo, a importância que os aportes tecnológicos utilizados na fabricação, na manutenção e na distribuição desses bens e atividades inseridas no contexto mercadológico, isto é, não apenas se parte da análise dos agentes envolvidos nesse processo de consumo (fornecedor-consumidor, participação governamental e oferta-demanda), para além, envolve fatores complexos de aumento de capacidade espacial e territorial (PRIETO, 2010).

Todo o conjunto de bens e serviços derivados das atividades oriundas do setor cultural, resguardam um valor significativo, quer seja por derivar direitos de uma propriedade intelectual – em razão a sua exploração de mercado-, quer seja por se caracterizar um bem único, quase sempre de natureza pública, que se bem explorado, em seus distintos espaços, dispõem inclusive de valor econômico considerável (BENHAMOU, 2007).

Seja como for, esse conjunto de bens e atividades que fazem parte desse emergente setor da economia, gera rendas, empregos, impostos e exploração de comércio, e cada vez mais contribuem ao desenvolvimento socioeconômico dos espaços

urbanos e regionais, de modo a permitir novos meios de exploração territorial, atenuando as diferenças e disparidades econômicas, servindo como um fator determinante ao progresso humano e, ao mesmo tempo, um impulso ao *stock* de capital dentro do sistema econômico como um típico fator produtivo que produz impactos da cultura na economia a curto e a longo prazos (PRIETO, 2002).

Para tanto, mister se faz compreender, dessa forma, como funciona o valor econômico de um capital cultural.

Conforme os estudos de David Throsby (2001), definimos a existência de um capital cultural - em sentido econômico -, um meio da representação da cultura nos permitindo visualizar as manifestações humanas, tangíveis e intangíveis, espécie de estoque de bens duráveis e procura gerar benefícios individuais e coletivos, que vem proporcionar uma base comum para mensurar o comportamento desse setor.

Essa nova descoberta de capital, definido como um ativo vem armazenar e proporcionar a ideia do valor de um bem ou atividade cultural, ainda que exista a aproximação de outros valores importantes dentro da mesma economia e ligados ao setor, que se possa dispor.

Se em comparação a outros tipos de capitais, é de suma importância a distinção entre as suas existências e os seus fluxos.

Las existencias de capital cultural, general o específicamente delineadas, hacen referencia a la cantidad de capital cultural de que se dispone en un momento determinado, medido en términos de cualquier unidad contable adecuada, tales como cantidades físicas o una valoración agregada. Estas existencias de capital dan lugar con el tiempo a un flujo de servicios que se pueden consumir o incluso utilizar para producir nuevos bienes y servicios (THROSBY, 2001, p. 59).

Para Luis César Herrero Prieto (2010), o capital cultural se diferencia dos demais capitais existentes (físico, natural, humano ou social), quando, em comparação ao capital físico, apesar de ser originário da manifestação da mão humana, este possui um significado de expressivo de criação artística, ao menos

no momento de sua concepção; no entanto, possui algumas similitudes com o capital humano, apesar de apresentar diferença quanto a força de trabalho dispendida, não representativa no capital cultural pois, grande parte do labor possui um valor estético ou simbólico.

Quando compararmos ao capital natural este é visto como recurso livre da natureza, sem elementos presentes ou acumulados das mãos dos homens; diferentemente do capital social, tem uma similaridade em virtude de um perfil antropológico e comportamental do quadro social, mas o capital cultural se expressa na forma das criações estéticas e intelectuais, enquanto que o capital social se refere exclusivo a qualidade e quantidade de redes sociais de uma dada comunidade (PRIETO, 2010).

Contudo, pontua David Throsby (2001), o capital cultural apresenta duas formas distintas e complementares: pode ser capital tangível, na forma de patrimônio cultural (praças, monumentos, edifícios, pinturas, esculturas, instrumentos, partituras musicais, etc., podendo ter a mesmo caráter externo do capital físico, criado mediante a ação humana, que se mantém no tempo, no entanto, requer manutenção, dando espaço a um fluxo de serviços constantes ao longo do tempo, pode ser aumentado e possui um valor financeiro por estimativa mensurável; já o capital intangível, se manifesta por intermédio de ideias intelectuais (próprio capital intelectual), crenças, práticas, ou valores compartilhados por um grupo, existindo também na forma de obras de artes, ou, até mesmo nos bens públicos.

Isso costuma produzir um fluxo de serviços ao longo dos tempos, sendo difícil manter por estimativa esse tipo de capital intelectual que se supera apenas com a criação de outro novo capital, dispensando, assim, mais e volumosos recursos.

Pelo visto, a possibilidade de previsão desse ativo em um determinado momento e espaço, afirma um tipo existente de um capital valorado, tanto em termos econômicos como em termos de agregação e coesão social

Mas com certeza, haverá um fluxo de serviços que passar diretamente ao consumo final ou, em cumulação a outros insumos que produzem outros bens ou serviços com valor agregado, pode ser adicionado ao capital já existente, aumentando a sua valoração.

Portanto, “vemos uma conexão causal: o valor cultural pode aumentar um valor econômico” (THROSBY, 2001, p. 60) e, por sua vez, apresenta impacto no desenvolvimento da economia em geral.

Então, os efeitos que o setor cultural geram no desenvolvimento socioeconômico leva por referência o valor econômico gestado a partir do capital cultural, que se forma pelo conjunto de bens tangíveis (valor dos edifícios, monumentos, obras de artes, enfim, patrimônio cultural em geral) assim como pelo fluxo de bens e de serviços que dão lugar as inúmeras operações que um mercado produtivo pode gerar (empregos, objetos mercantilizados vinculados a um espaço cultural, rendas pelo uso do espaço, etc.), podendo produzir dois grandes efeitos regionalizados - a curto prazo e a longo prazo -, de acordo com o posicionamento de Luis César Herrero Prieto (2010), os quais serão abordados em seguida.

2.1 IMPACTOS ECONÔMICOS DO SETOR CULTURAL A CURTO PRAZO: EFEITO DIRETOS

Ao nos debruçarmos nos efeitos dos impactos que a cultura produz no desenvolvimento nacional ou de uma localidade ou região desse mesmo espaço territorial, é fato, dispormos quase sempre de um planejamento conciso, que produz e que venha a atender de forma ágil e de pronto, um número de consumidores em especial (turistas, consumidores eventuais ou até mesmo locais) que propiciam renda por intermédio das atividades culturais ou, até mesmo, usufruam de bens e serviços oferecidos de modo agregado (transportes, restaurantes, alojamentos,

etc.), provocando efeitos diretos e qualitativos, no conjunto daquela economia em específico.

E isso é significativo ao poder de atração e de criação de recursos e de gastos com as atividades culturais, isto é, o quanto é o investimento que o poder público e os privados almejam em dispendar na economia local ou até mesmo nacional.

É possível a visualização de eventos culturais no Brasil, a citar, a título exemplificativo, os festejos de Carnaval no Estado do Rio de Janeiro, as festas de São João no nordeste brasileiro ou o Festival de Cinema Internacional de Gramado no Rio Grande do Sul, que por suas características peculiares contabilizam efeitos diretos na estrutura regional (produzindo externalidades positivas e negativas), ocasionando mudança comportamental dos consumidores dos respectivos eventos, mas inclusive, vem impactar nos hábitos dos cidadãos locais ao provocar gastos adicionais (como a melhoria de espaço de moradia) sou, positivamente, a possibilidade de exploração de atividades com geração de renda (instalação de comércio e a disponibilização de residências, no período dos eventos).

Nos estudos de casos realizados na Espanha, os impactos do desenvolvimento econômico das atividades ligadas a arte e a cultura são significativos, sendo comprovado: “[...] el impacto es mayor cuanto mayor sea el número de visitantes y turistas, dada la propia esencia del cómputo de los gastos indirectos, que se basan em los flujos de consumo derivados del evento cultural [...]” (PRIETO, 2010, p. 210).

Isso coloca a frente da economia a importância do turismo dito cultural, a utilização das manifestações culturais como um meio evidente de estímulo ao desenvolvimento econômico a curto prazo e efeitos diretos sobre as economias locais e regionais de um determinado país, com implicações interessantes ao crescimento das políticas públicas regionais.

2.2 IMPACTOS ECONÔMICOS DO SETOR CULTURAL A

LONGO PRAZO: EFEITOS INDIRETOS

Igualmente, um outro efeito pode ser diagnosticado como efeito econômico indireto, surgindo através da modificação das estruturas produtivas – urbanas e sociais -, a médio e a longo prazos, devido ao impacto que o setor cultural tem promovido em determinadas regiões de um país.

Reconhece, os tais efeitos gerados pelas referidas atividades, em razão dos custos adicionais e os desgastes das dotações orçamentárias, por exemplo. Os efeitos indiretos, percebidos a longo prazos, apresentam uma dificuldade de mensurar visto que são de natureza qualitativa.

Corresponde, indiretamente, com as mudanças que se produzem na cadeia produtiva, na infraestrutura física urbana e na estrutura social que necessitam se adequar em virtude de tais transformações.

Os impactos são inúmeros, e na descrição de Luis César Herrero Prieto (2010), podem ser captados cinco impactos: primeiro, a recuperação de prédios históricos e na ordenação urbana, espécie de remodelação espacial; segundo, o impacto locacional, a disposição capacitaria do entorno cultural a recepção de novos residentes; terceiro, a delimitação das áreas residenciais e as áreas comerciais, os imóveis em volta das zonas de maior valor artístico e cultural ou envoltos de dotações orçamentárias refletem diretamente no mercado imobiliário; quarto, a instalação de empresas com capital para investimentos nas demandas culturais e criativas (gerando melhorias no nível educacional da população) buscando, quase sempre, estímulos e benefícios fiscais a sua fixação e, por fim; em quinto, o aumento da coesão social, um autêntico aumento do sentimento de identificação e pertença a uma localidade.

Esses aspectos, embora seja verificada de forma indireta contribuem ao dinamismo econômico, sustentado o mencionado autor: “[...] pero sobre today a la postre, confeccionar o afianzar

uma imagen cultural del enclave o la región que la haga admirable para los ciudadanos residentes, y deseable para la atracción de otros habitantes y otros agentes económicos (PRIETO, 2010, p. 214).

Em todo caso, em referência ao nosso objeto de estudo, a economia da cultura e da criatividade no Brasil, reconhece o estímulo ao crescimento do setor, através da interligação com o crescimento de outros setores econômicos: o turismo impulsionador do comportamento do consumo dos bens culturais tem alcançado maior projeção; mas convém destacar tal fator representa apenas uma parte de sua rentabilidade, uma vez que a indústria cultural, em sentido amplo, correspondem a uma movimentação também a ser relevada.

Frente a essa realidade, o setor cultural é forte representativo de geração de fluxos econômicos, rendas e empregos; mas acima de tudo constitui, por excelência, um fantástico espaço para a intervenção pública desempenhar o seu papel de identificador de potencial crescimento econômico e social, criando estratégias para transformação local ou regional carentes de desenvolvimento.

Para maior entendimento, adiante, apresenta-se alguns aspectos importantes encontrados no atual estudo realizado pela área de Projetos da Fundação Getúlio Vargas (2015), que vem a ser um correspondente ao diagnóstico do desenvolvimento da cultura na economia brasileira, através do alinhamento de alguns indicadores socioeconômico: o orçamento público, o mercado de trabalho e o consumo médio da família brasileira, influentes na sugestão e na criação de políticas públicas ligadas ao setor.

3 IMPACTOS DO SETOR CULTURAL SOBRE O MENCIONADO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OS ESTUDOS DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS SOBRE A CULTURA NA ECONOMIA BRASILEIRA

Ao buscar um diagnóstico específico junto ao setor cultural no Brasil, objetiva-se averiguar o desenvolvimento da economia em razão da economia cultural, segundo o Ministério da Cultura o denominado “PIB da Cultura”, que de acordo com dados de 2010¹, foi responsável por 4% do PIB Nacional, sendo assim um importante elemento desencadeador de interesse dos estudos na área.

De acordo com a reportagem da Agência Brasil, a realização da medição do “PIB da Cultura” é existente em 21 países no mundo, sendo que sete estão na América Latina – Colômbia, Chile, Uruguai, Argentina, Peru, Bolívia e Equador -, sendo o Brasil, de acordo com dados do Ministério da Cultura, as informações e dados necessários para traçar um panorama não são construídos com a respectiva periodicidade para fins de um estudo comparado. Ademais, há uma falta de consenso sobre os setores e subsetores que precisam ser monitorados detalhadamente, dificultando estudos mais precisos (2017).

Cesar Cunha Campos, diretor da FGV Projetos (2015), destaca o setor cultural como qualquer outra atividade econômica dispense recursos oriundos do poder público e investimentos privados, sempre visando ampliar a capacidade de um país em gerar renda, através da geração de bens e serviços, uma via de acesso ao cumprimento da função social que o orçamento deve atender, ao apoiar o desenvolvimento do setor cultural por meio de políticas públicas adequadas e sustentáveis.

Isso tudo se justifica graças ao setor ter subsidiado o aumento do mercado de trabalho no Brasil, por intermédio da modernização dos espaços públicos e na divulgação dos meios culturais. Ademais, a importância do estudo e pesquisa na área, visa a promoção de incentivos e maior acesso à cultura, razões que impulsionam não apenas o almejado desenvolvimento econômico, mas produz um desejoso crescimento inclusivo social de fácil justificação: “[...] o único meio de convencer os líderes governamentais e empresariais de que vale a pena apoiar as

atividades culturais é argumentando que ela reduz os conflitos sociais e promove o desenvolvimento econômico” (YÚDICE, 2006, p.13).

Com base nessas constatações, em 2015, a FGV Projetos efetuou estudos relacionados a relevância do setor cultural junto a economia nacional, traçando por objetivo elencar alguns indicadores que permitisse uma coleta de dados em concreto e partir da análise do ponto de vista a sua efetiva participação na economia.

Como expresso anteriormente, as pesquisas realizadas por Luis Cesar Herrero de Prieto na Espanha (2002), na Europa por Arjo Klamer (2016) e por David Throsby em estudos setorial na Austrália e nos Estados Unidos (2001), demonstram o alcance das atividades culturais e as interseções com outros setores da economia, em especial, o setor turístico e o de entretenimento, vinculando os processos de cultura e criatividade; interferindo na busca da concretização de dados precisos e apartados dos demais setores econômicos, produzindo algumas limitações que se configuram em subsetores econômicos da economia cultural.

E nesse ponto, tal delimitação se faz por essencial, uma vez que é preciso estabelecer foco e delimitação na pesquisa, fazendo prevalecer apenas as atividades, os bens e os serviços representativos da identidade nacional – um outro lado valorativo do capital cultural - e a inserção do Brasil em uma pujante economia global, visto que somos aptos a exportar atividades culturais e, ainda, contribuir a nossa formação coletiva: “[...] as práticas culturais podem ser consideradas atividades gregárias, de fortalecimento de laços comunitários” (FGV, 2015, p. 22).

Por tais razões, dentro de um processo analítico dos estudos da FGV, retratam o setor cultural com uma sinergia que é produzida pelas relações que se formam entre as instituições do Estado e da sociedade civil, e que a mídia e o mercado de consumo traçam o caminho a compreensão do setor. Discute-se na pesquisa, alguns indicadores à avaliação de processos e os

impactos no setor cultural e criativo, a citar, três pontos fundamentais: os gastos públicos, o crescente mercado de trabalho e o consumo médio familiar, abarcados nos últimos dez anos (2003-2013) e contemplando as várias regiões do país, pontos abordados em tópicos, a seguir destacados.

3.1 O ORÇAMENTO PÚBLICO: A DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS

O orçamento público consiste em um instrumento próprio que reflete as ações governamentais, no detalhamento das receitas e dos gastos, respeitando não apenas o patrimônio público e privado, mas, em essência, qual o destino que se faz com o dinheiro público que lhe é retirado (LEITE, 2013), carregando uma dupla função: a política e a econômica (TORRES, 2006).

Dentro de uma concepção moderna de orçamento público, este é representado por lei (comportando aspectos jurídicos e políticos) que surge de modo a programar as finanças do Estado, para que não ocorra um endividamento (aspecto de equilíbrio contábil), bem como represente os anseios dos interesses da sociedade.

Ao pensarmos dentro da função econômica, o orçamento é medida importante como forma de redistribuição de renda, típico instrumento regulador econômico (TORRES, 1995) que, necessariamente, considera a conjuntura econômica e os efeitos da política financeira nacional.

No Brasil, o orçamento tem incorporado novas instrumentalidades, o orçamento-programa (ENAP, 2014), apesar de se revestir de várias formalidades legais.

Previsto constitucionalmente, materializa-se anualmente por legislação específica, estimando com precisão todas as receitas e as despesas fixas para um exercício em específico. Os gastos públicos somente serão efetuados se houver previsão e incorporação ao orçamento, nos termos do art. 2º, da Lei Federal

nº 4.320, de 17 de março de 1964¹.

De acordo com as informações dispostas pelo Ministério da Fazenda, indiferente da esfera de trabalho – federal, estadual ou municipal -, o orçamento comporta uma agregação de inúmeros gastos – alguns de caráter obrigatório e inflexíveis como a saúde, educação e segurança - distribuídos em 28 funções orçamentárias – a cultura ocupa a 21ª função -, previstas desde 1999, nesse rol comporta os recursos destinados a cultura (FGV, 2015).

Escolhas alocativas de recursos do governo brasileiro têm, por consequência, a distribuição de verbas públicas que alimentam a implementação de políticas públicas ao setor. Nesse ponto, os gastos do governo brasileiro com os bens e as atividades culturais, apesar de poucos, segundo dados coletados pela FGV, as três esferas governamental juntas somaram, aproximadamente, US\$ 4,8 bilhões de despesas no ano de 2013, sendo a maior parcela advinda dos estados (US\$ 1,9 bilhões), seguida dos municípios (US\$ 1,8 bilhões), por fim, com empenho federal de US\$ 1,1 bilhões, isto é, o correspondente a 0,2 % do orçamento público nacional (FGV, 2015).

A distribuição dos recursos, em 2013, comportava e ainda comporta 21 programas de alcance federal, em conformidade com a FGV Projetos, cerca de 76% desse orçamento à cultura destinou-se a “preservação, promoção e acesso”; 12% foram para “Música, produção e memória”; 5% para o “Programa de Gestão Interna do Minc”; 3% destinados as “Artes visuais e performáticas”; 3% as “Parcerias de 3º Setor envolvendo Arte, Educação e Cidadania” e, por fim; aproximados 2% a outros programas de menor densidade (FGV, 2015, p. 50).

Ainda, agregados os dados em regiões do país, quase 56% dos recursos foram destinados a Região Sudeste, 16% a

¹ Art. 2º. A Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a **evidenciar a política econômica, financeira e programa de trabalho do governo**, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade. (grifo nosso)

Região Nordeste e, sendo a Região Centro-Oeste a que recebeu a menor transferência de recursos, ou seja, parcela de 8% (FGV, 2015).

Houve um crescimento significativo da participação do orçamento público destinados ao setor cultural, nos últimos dez anos (2003-2013), cresceu praticamente o dobro do esperado: “A cultura cresceu 346% frente a 87% do orçamento total. Cabe destacar que a proporção dessa função no orçamento total passou de 0,1% em 2003 para 0,2% em 2013, continuando a possuir baixa participação” (FGV, 2015, p. 52).

Portanto, o Brasil apresenta baixo orçamento destinado ao setor, sendo o aprimoramento da captação de recursos algo fundamental ao aprimoramento das políticas implementadas até o momento, pois afetam o desenvolvimento de atividades econômicas de base cultural.

3.2 O MERCADO DE TRABALHO

O indicador “mercado de trabalho” é considerado um dos principais índices de mensuração econômica que afere o desenvolvimento socioeconômico de uma nação, considerando alguns aspectos como as condições educacionais da população, a formação profissional, a manutenção da empregabilidade, os fluxos migratórios, o contingente mão-de-obra especializada, entre outros fatores vinculados à dinâmica territorial da economia (FGV, 2015).

Então, a força de trabalho representa um fator de produção à economia que é medida pelos dados estatísticos extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), até então elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e vem sendo divulgada através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

Contudo, admite-se que os dados da RAIS não sejam por complemento representativos para abarcar todas as áreas e

setores culturais, a citar, a produção de espetáculos, em que existe um grande número de trabalhadores temporários ou informais.

De acordo com a FGV Projetos (2015), os estabelecimentos de cultura no Brasil tiveram um crescimento com taxa superior aos outros segmentos econômicos (36% x 27%) ao longo dos últimos anos, chegando o número estabelecimentos culturais a um total de 60 mil, o que aumentou a importância do setor no panorama nacional.

No entanto, o potencial de empregos formais do setor de cultura ainda é significativamente menor do que a média de todos os setores da economia do país.

Percebe-se, com o levantamento realizado aponta, a Região com o maior PIB do Brasil – Sudeste – apresenta o maior número de estabelecimentos de cultura, tendo na sequência a Região Sul, acompanhando o desenvolvimento econômico de tais regiões. As Regiões Norte e a Sul possuem maiores estabelecimentos na área de audiovisual e as demais regiões, os de Artes Cênicas e Música (FGV, 2015).

O crescimento do número de trabalhadores formais no setor cultural acompanhou o crescimento da economia em um todo, contudo, no período de 2012 a 2013, a cultura apresentou uma pequena redução na quantidade de vínculos empregatícios, apesar do crescimento da quantidade de estabelecimentos, isto é, o setor cultural cresceu, porém sem empregos formais nesse período em música e Artes Cênicas diminuiu. Mas no geral: “[...] houve aumento do número de trabalhadores formais em todas as áreas analisadas, de 2007 a 2013” (FGV, 2015, p. 61).

No que diz respeito ao salário médio mensal do setor, são superiores à média dos salários de outros setores. A área da indústria cultural, livros e leitura é a que apresenta o maior percentual de trabalhadores com salários de dez ou mais salários mínimos, e 60% dos trabalhadores, em outros setores, apenas média de três salários mínimos (FGV, 2015).

Essa justificativa, ou diferença salarial, aufere-se em razão do grau de qualificação superior à média nacional, uma vez que 81% dos trabalhadores têm, no mínimo, o ensino médio completo, um fator importante que influi na renda (FGV, 2015).

Por fim, com base nos dados da pesquisa, partindo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, ainda que exista um crescimento de vínculos formais nas atividades ligadas ao setor, há um contingente de trabalhadores informais ou temporários, mormente, relacionados aos espetáculos e produção de eventos, uma realidade diversa à média no país.

3.3 O CONSUMO MÉDIO FAMILIAR EM CULTURA.

Por óbvio, o consumo é um indicador importante para se medir o desenvolvimento de um seguimento econômico, seja no oferecimento de produtos ou de serviços, demonstrando a interação da população ao setor e o seu poder de compra.

A FGV Projetos (2015) utilizou-se das informações constantes na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF-IBGE) que possuem os dados de consumo dos brasileiros.

O brasileiro, em geral, consome mais cultura, contudo esse consumo ainda não é significativo se comparado ao aumento total do consumo das famílias. Despesas com produtos e atividades culturais representa 0,9% da renda familiar com diferenças importantes conforme a renda dos integrantes do núcleo familiar, os denominados *decis* de renda.

Famílias mais ricas e mais pobres possuem despesas proporcionais mais altas, em cultura, do que famílias localizadas em *decis* medianos da renda, o que explica o padrão de curva em “U”. Para o *decil* mais baixo, essa despesa foi de 1,2% da renda. Para o *decil* mais alto, esse valor chegou a cerca de 1% enquanto para todos os outros *decis* a despesa foi abaixo desse valor. O valor mínimo observado foi de cerca de 0,65% para o quarto, quinto e sexto *decis* (FGV, 2015, p. 71).

Enfim, o consumo entre ricos e pobres possuem diferenças. A utilização do meio de aquisição (dinheiro, cartão de

crédito ou trocas, gratuidades e doações) é variável importante uma vez que no que diz respeito de consumo monetário, o governo tem uma grande participação nessa oferta de bens e atividades que são ofertadas de forma gratuita.

No que se refere ao consumo monetário: “[...] à exceção dos *decis* mais baixos e mais altos de renda, as famílias brasileiras gastam em torno de 0,6% de sua renda em cultura. O valor atinge quase 1% na faixa mais baixa de renda, enquanto para as famílias mais abastadas, esse valor é de 0,7%” (FGV, 2015, p. 72).

Pode-se constatar, então, as famílias mais humildes, com menores *decis* de rendas o consumo em cultura aumentou – consumo monetário -, ao contrário das famílias mais ricas as despesas com o setor cultural pago, esse diminuiu. Entretanto, o consumo não-monetário dependente da subvenção do Estado, há um consumo homogêneo entre as classes sociais.

Foram identificados novos modos de consumo de cultura, onde o brasileiro tem apresentado melhoras no consumo de livros, assiste mais filmes em casa e tem frequentado mais shows musicais (FGV, 2015).

Gastos com audiovisuais (idas ao cinema e filmes em geral) aumentou em valores absolutos reais de US\$ 5 bilhões para US\$ 6 bilhões; seguida das diversidades de produtos da área criativa com US\$ 2 bilhões; o consumo literário com os seus US\$ 1,5 bilhões e, por fim; as Artes Cênicas e a Música com as despesas das famílias de US\$ 1 bilhão. Interessante, apontar, as idas aos Museus, Bibliotecas, Espaços com Patrimônio Público possui pouco expressivos gastos, isto é, apesar das gratuidades e descontos, os dispêndios ficaram por conta de US\$ 75 milhões apenas (FGV, 2015).

Por fim, cumpre destacar, o consumo não monetário aumentou em todas as regiões do país, apesar da baixa representatividade e ausência de recursos públicos, não apresentando diferenças entre as regiões do Brasil. Do contrário, o consumo pago

cresceu nas Regiões Norte e Nordeste, em virtude de investimentos ligados ao turismo, deixando para a Região Sul e Sudeste um volume menor de procura, contudo ainda expressivo, visto ser o eixo de um mercado de consumo de Arte, inexpressiva participação governamental.

A seguir, passa-se a analisar, no último tópico, a importância da implementação da economia da cultura no desenvolvimento de políticas públicas adequadas ao desenvolvimento socioeconômico territorial brasileiro, um aspecto que busca o crescimento com sustentabilidade.

4 A ADEQUAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS VOLTADAS AO SETOR CULTURAL: REVENDO NOSSO MODELO DE INTERVENÇÃO PÚBLICA

A implementação de políticas que se utilizam de dados e informações da economia da cultura no Brasil, parece-nos algo muitíssimo recente.

De acordo com os estudos de Marcelo Milan (2016), o Brasil se encontra em estágio inicial na compreensão e na exploração da economia da cultura e da criatividade, carecendo de uma metodologia de avaliação de indicadores com métricas precisas junto ao setor, que identifique as falhas e as experiências bem-sucedidas, servindo de base para busca do modelo de excelência e sustentabilidade em políticas públicas.

Em primeiro lugar, como dito outrora, as atividades culturais e criativas possuem uma dimensão qualitativa de difícil mensuração (THROSBY, 2001) e, em virtude das nossas diferenças culturais regionais, as políticas públicas são desenvolvidas contando com particularidades, como é o caso das múltiplas expressões culturais que são qualitativas incomensuráveis.

E, mesmo que essas expressões culturais possam ser comparadas a “mercadorias”, o que permite quantificação monetária – graças ao seu capital cultural intangível -, são

dimensões simbólicas que não são comerciais, mesmo quando postas à disposição do social: “[...] a cultura pode ser um instrumento de desenvolvimento econômico e territorial, mas é também um fim em si, e enquanto tal cria dificuldades para a mensuração do impacto socioeconômico das atividades” (MILAN, 2016, p. 25).

Além disso, outro ponto relevante, é a dificuldade de isolamento dos efeitos das políticas públicas dentro do setor. Uma grande parte das manifestações culturais surgem por intermédio de ações da sociedade civil, na forma de exploração mercantil destinada a obtenção de lucros, assim como convivem, no mesmo espaço com atividades culturais sem fins lucrativos. Logo, nem tudo depende do apoio público para funcionar, o que torna difícil de mensurar os impactos (efeitos) indiretos das ações públicas, como por exemplo, um efeito do aumento do grau de instrução formal dos agentes diretamente envolvidos no setor (MILAN, 2016).

É o caso da sustentabilidade populacional, que mede os efeitos da migração para dentro e para fora dos municípios e territórios de amplitude cultural, o que tem gerado uma mudança na composição social e cultural das comunidades afetadas, como o caso da Região das Hortênsias (Nova Petrópolis, Gramado e Canela), no Estado do Rio Grande do Sul, cuja ações de inserção de projetos sociais sustentáveis - em razão da exploração dos eventos culturais - traduzem oportunidades de empregos, uma adequada urbanização e desenvolvimento econômico com traços de sustentabilidade (SOUZA; LEITE, 2015).

Portanto, é cristalino, em conformidade com o apontado pela UNESCO (2014), a contribuição do setor cultural para o desenvolvimento socioeconômico sustentável é relevante, e tal crescimento desse impacto indireto é captado de forma genérica e esse é um grande desafio, ou seja, a forma como realizamos os incentivos ao desenvolvimento das políticas públicas ligadas a essa parcela significativa desse setor econômico.

Ao nos posicionarmos em relação aos investimentos em políticas públicas destinadas a cultura, referendamos a nossa tradição de intervencionista, uma postura muito próxima ao pensamento das políticas culturais desenvolvidas na França instituída na década de 80 – o movimento denominado “Le tout-culturel” espécie de proteção integral do governo quanto aos investimentos do setor abarcando todos os gêneros e movimentos da área, alimentando um Estado cultural integral, marcando a onipresença e a onipotência da participação do governo no financiamento as atividades culturais (BENHAMOU, 2007).

Na teoria, existe a forma intervencionista e a não-intervencionista de modelo de políticas públicas ligadas à cultura. Basicamente, um anglo-saxão, pouco intervencionista e o da maioria dos países da Europa Meridional e América Latina, inclinado aos investimentos diretos contando sempre com a ajuda pública, o que nos leva a intervenção. Uma versão intermediária entre os dois modelos, temos em diversos países que optam por delegar ao plano subnacional a responsabilização da política cultural, como é o caso da Alemanha e da Itália (BENHAMOU, 2007).

E nesse ponto, o Brasil é adepto a crença, segundo a qual o gasto cultural é responsabilidade do Estado, deixando que o Congresso e o Orçamento Público Nacional legitime as escolhas realizadas em nome do povo. Como dito no capítulo dois, o Estado o percentual do seu orçamento cultural e aproxima o setor à sociedade.

Não tão salutar, nossa crítica remete ao fato de que o estímulo a livre concorrência nos mercados – foco nas atividades ligadas a cultura e a criatividade – obsta que se atinja ao máximo o bem-estar da coletividade, visto que a legitimação da intervenção pública em favor da cultura não o considera como um produto de mercado, então, traduz no difícil levantamento de possíveis falhas, que propiciariam melhorias na oferta dos bens e serviços postos a todos.

Na trilha do pensamento de Françoise Benhamou se justifica: “[...]os gastos públicos produzem um efeito multiplicador sobre a atividade econômica” (BENHAMOU, 2007, p. 148), o que representa que as particularidades da demanda necessitam da intervenção pública, quer para reduzir as desigualdades sociais posta a democratização de acesso, quer para direcionar as incertezas de dados poucos precisos que necessitam de maior proteção, ou até mesmo, para assegurar as gerações futuras que as mesmas desfrutam do bem comum conservado.

E essa, a grosso modo aponta a falha de percepção de desenvolvimento da economia da cultura.

Primeiramente, o bem cultural, tangível ou intangível, de certa forma, é coletivo levando nos ao fato que o seu consumo por parte de um cidadão não exclui o consumo do mesmo bem por outro cidadão, ou seja, é indivisível onde todos desfrutam do mesmo bem, salvo em caso de aglomeração de público e de saturação da oferta. O custo marginal para o externo dos visitantes tradicionais caba por ser nulo, permanecendo o preço fixo, sem maiores problemas com a oferta e a procura (BENHAMOU, 2007).

Destarte, o Estado ao abraçar na integralidade os investimentos na área, acaba por repartir o custo entre todos – quase sempre via tributação – sem cotar ou ter como obter ganho adicional com o externo - o cidadão não contumaz que deixa para os demais a contrapartida financeira do desfrute pelo mesmo consumo.

Contudo, positivamente, temos o efeito multiplicador dos gastos culturais. Como abordado anteriormente, alguns estudos na Espanha, principalmente, pontuam que alguns impactos (diretos e indiretos ou até mesmo induzidos) têm apresentando consequências benéficas. Dentro dos custos do Estado, todos esses estudos têm demonstrados que o investimento cultural gera fluxo de renda e, deixando de lado a redundância, os gastos com a cultura é promissor a vida econômica de qualquer país e dos

espaços regionais poucos ou até mesmo nunca explorados.

Nesse aspecto, as consequências que atribuem aos bens culturais o caráter de bens sob a tutela pública (ideário social) forma o argumento de que é necessária a intervenção pública em favor da arte e da cultura. Nas palavras de Françoise Benhamou (2007, p. 152): “O bem cultural é um bem irreduzível cujos benefícios não podem ser atribuídos a indivíduos precisos”.

Portanto, jaz nossa principal limitação, o peso desse legado que carregamos (no presente) e legamos as futuras gerações, apesar dos ditames constitucionais proteger o setor, não temos como negar a existente sobrecarga pois, por essa visão somente o Estado teria a devida condição de financiar a proteção desse consumo futuro.

Isso nos leva a refletir, se no Brasil, apesar das estatísticas e dados específicos de produção, emprego e renda no setor cultural, ainda, a economia cultural apresenta assimetrias de informações que ajudam a alimentar incertezas quanto à qualidade, talvez seja a principal razão pelo qual o Estado recorra a pedidos de pesquisas de indicadores que sustente o valor do capital cultural.

Identifica-se, ainda que exista um aumento de consumo médio, aumento da força de trabalho com a criação de postos de trabalho e melhorias nas condições do setor, os gastos que o governo federal tem com o setor é relativamente muito alto. Em verdades, o valor distribuído pelo poder público é bem maior do que as verbas agregadas dos demais entes federados. Embora exista uma pluralidade de fonte de distribuição e a redução de ausência total de recursos na área, ainda é pouca, requerendo mudanças nas políticas públicas.

Sabe-se, o Estado dispõe de uma série de gastos e de recurso em matéria de ação, cuja a escolha depende do grau de relevância (dependência) do setor e isso inclui, fatores até mesmo externos, segundo Benhamou (2007), a cultura cede as pressões internacionais e as tradições contidas nos países.

Como afirmado por Arjo Klamer (2016), o bem cultural não é um produto como qualquer outro que tenha uma adaptação a economia tradicional e venha a sujeição de sistema de preços e ao jogo da concorrência. Assim, a ausência de uma regulamentação específica, com a criação de subvenções e taxas parafiscais tornaria viável que instituições – sem fim comerciais, não fossem dependentes tanto das subvenções públicas.

A área audiovisual, por exemplo, recebe uma ajuda significativa do governo brasileiro, contudo, muito embora sabemos que o segmento é comercial e privado, e não deveria depender, em princípio, do orçamento público de forma direta. Para tanto, poderia surgir uma taxa (parafiscal) sobre o faturamento das produções, ou até mesmo sobre o resultado da bilheteria, um ajuda seletiva e automática de retorno na antecipação das receitas, por exemplo.

Outro fato importante, a ser considerado desenvolvimento econômico sustentável ao setor, é o tratamento dado aos incentivos fiscais, mostrando a viabilidade de transformação em todo o seu alcance nos dispositivos que regulam o mecenato – que deveriam ser as doações sem contrapartida – que são distorcidos e aplicados de forma ampla no Brasil.

Nosso principal instrumento de política cultural no país, nas últimas décadas tem sido um “falso mecenato”, introduzido pela Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a conhecida Lei Rouanet. Apesar de todos os esforços, a normativa nacional vem tendo constantes críticas requerendo adaptações ou até sugestiva revogação, oferecendo uma proposta persuasiva que realize uma análise quanto a ausência do Estado na gestão da cultura, com a apresentação de políticas condizentes de fomento ao sistema da cultural (GOMES, 2013).

Sabe-se que, a situação da área cultural, em geral, apresentada como carecedora de qualificação e financiamento com maior participação dos privados, a cultura vista apenas como um ideário social, representa um erro estratégico, talvez por ser

disfuncional (SARKOVAS, 2005), ou por não deixar clara, aos olhares críticos da economia e do direito, a sua finalidade específica (LUHMANN, 2005), gerando a falsa justificação de que para crescer são necessários investimentos públicos diretos.

A experiência brasileira em termos de angariar incentivos ao desenvolvimento cultural no país, é claro o cenário de mercantilização do setor cultural imerso na busca por lucro voltado a exploração da indústria cultural, integra um circuito de produção e comercialização, uma mescla entre os interesses do empresariado na exploração área e a economia de mercado, no entanto, tende a abandonar os incentivos a preservação e a salvaguarda de uma parcela dos bens culturais, denominada alta cultura.

Essa prevalência dos interesses comerciais sobre a cultura, coloca em xeque às justificativas de apoio exercido pelo poder público (Estado) ao conceder incentivos fiscais as empresas que fomentem à cultura nacional, uma busca de sobrevivência através dos institutos das doações, dos patrocínios e dos investimentos livres, na forma dispostos nas legislações que tratam de incentivos culturais.

Não se pode negar, a base do financiamento público as ações culturais no Brasil, funcionam em regime de colaboração entre os entes da federação, utilizando-se do mecanismo de repasse “fundo a fundo”, o que de um todo vem propiciar a concretização de renúncias fiscais, bem como funciona às empresas privadas fomentando via “falso mecenato”.

A legislação nacional de incentivos fiscais federais, Lei Rouanet, dentro das possibilidades de sua reestruturação, necessita abarcar novas possibilidades de financiamento da cultura, num contexto atual de crise e de recursos públicos escassos (GOMES, 2013).

Vivenciamos um processo de investimentos do Estado exercido por via de concessões de benefícios as pessoas jurídicas, sem indício de contrapartida, uma espécie de dirigismo no

erário público (ASSUNÇÃO, 2011); há a inexistência no desenvolvimento, monitoramento e execução de políticas públicas de fiscalização e de liberação de incentivos fiscais, no aval de projetos e na captação dos recursos públicos direcionados à área.

No entanto, prosperar na captação de recursos privados, é meta possível de se alcançar, em tempos de crise, em que os recursos públicos são parcos, ou quase inexistentes e as vantagens financeiras descobertas pelo meio empresarial, está ligada aos interesses de projeção dos privados, com utilização das máximas benesses concedidas pelo poder público.

Destarte, se temos de um lado a necessidade de estímulo as práticas de incentivo a formação de políticas públicas voltadas a cultura, com o dever de conscientização da mudança na mentalidade nacional, a economia e a produção cultural no Brasil, precisa desligar do conceito do uso exclusivo do orçamento público, uma ambição, de aproximação as práticas culturais desenvolvidas ao redor do mundo de estímulo a exploração da economia da cultura e criatividade ao desenvolvimento de regiões como ocorre em alguns países, mas buscando sempre, almejado desenvolvimento de caráter sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na linha do exposto, conclui-se, o crescente setor da cultura, explorado no mundo todo como uma forma de desenvolvimento socioeconômico, com um suporte de exploração sustentável, no Brasil ainda emerge a sua recente valoração.

Estudiosos economistas representativos no mundo como David Throsby (2001), Arjo Klamer (2016) e Luis César Herrero Prieto (2010) demonstram que a cultura como recurso circular, disposto globalmente numa velocidade crescente, pressupõe gerenciamento e mensuração do capital cultural, tangíveis e intangíveis, uma característica ligada a todos os ramos da economia da cultura comportando possível mensuração dos impactos

produzidos (diretos e indiretos) na macroeconomia e, também, impulsionando o desenvolvimento econômico regional, sempre respeitando diferenças regionais e nacionais.

E, na busca pelo imperativo crescimento econômico, com desempenho, as atividades culturais e criativas brasileiras, embora existam estudos setoriais recentemente desenvolvidos, a citar os realizados pela FGV Projetos em 2015 e pelo Centro de estudos Internacionais ligados ao governo - CEGOV junto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2016, ambos indicam que apesar a existência de alguns indicadores disponíveis que permitam compreender a contribuição da cultura para a economia no país, nos últimos anos, ainda se tem demonstrado a dificuldade no encontro de indicadores métricos precisos, visto que a cultura, como força de produção, apresenta uma complexidade específica em razão do seu caráter qualitativo.

Dessa maneira, verifica-se ter a cultura potencial para gerar desenvolvimento econômico, a aproximação dos valores culturais a economia, ramos independentes, com influência de um no outro, sendo provável que alguns indicadores, orçamento público, o mercado de trabalho e o consumo nacional das famílias ligados ao setor possam indicar a provável correlação entre o capital cultural disponível e a real atribuição de seu valor econômico.

E toda esse trilhar descritivo tem por objetivo direcionar e implementar mecanismo para gestar políticas públicas apropriadas ao crescente setor, uma estruturação desafiadora a economia e ao Estado, mas principalmente na conscientização do pensar da coletividade, no que tange a possíveis mudanças na forma de direcionar as políticas pública à cultura, um desejo ou pretensão, de abandono do uso de subvenções e subsídios exclusivos e diretos do poder público.



REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. *Ministério estima que a cultura é responsável por 4% do PIB*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-04/ministerio-estima-que-cultura-e-responsavel-por-4-do-pib>>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- ASSUNÇÃO, Matheus Carneiro. Incentivos fiscais em tempo de crise: impactos econômicos e reflexos financeiros. *Revista da PGFN*, ano 1, n. 1, p. 1-7, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.sinprofaz.org.br/2014/artigos/incentivos-fiscais-em-tempos-de-crise-impactos-economicos-e-reflexos-financeiros>>. Acesso em: 22 ago. 2018.
- BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*. Cotia/SP: Atêlie Editorial, 2007.
- CUREAU, Sandra; et. al. *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- DURAND, José Carlos. *Política cultural e economia da cultura*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições SESC, 2013.
- ELIOT, Thomas Stearns. *Notas para a definição de cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- ESCOLA NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP. *Orçamento público: conceitos básicos - módulo 1*. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2170/1/Or%C3%A7amento%20P%C3%BAllico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20-%20M%C3%B3dulo%20%20%281%29.pdf>> . Acesso em: 14 jan. 2019.

- EUROPEAN COMMISSION. *The Economy of Culture in Europe*. Strasbourg: European Commission, 2016. Disponível em: <http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc873_en.htm>. Acesso em: 6 nov. 2018.
- FGV PROJETOS. *A cultura na economia brasileira*. São Paulo: FGV, n. 23, 2015.
- GOMES, Ana Paula de Oliveira. *A problemática dos Fundos de Investimentos Cultural e Artístico (FICART)*. IN: II Encontro Internacional de Direitos Culturais. Belo Horizonte: 09 a 12 de outubro de 2013. Disponível em: <www.direitosculturais.com.br> Acesso em: 20 ago. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS*. Disponível em: <<https://ces.ibge.gov.br/base-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- KLAMER, Arjo. Pensar economia criativa pede por outra ciência econômica: introduzindo a abordagem “valued based”. In: VALIATI, Leandro; MOLLER, Gustavo (coord.). *Economia criativa, cultura e políticas públicas*. Porto Alegre: UFRGS, 2016, p.7-13.
- LEITE, Harrison. *Manual de direito financeiro*. 2.ed. Salvador: JusPodivm, 2013.
- LUHMANN, Niklas. *El arte de la sociedad*. Madrid: Editorial Herder, Universidad Iberoamericana, 2005.
- MILAN, Marcelo. Indicadores para avaliação de atividades econômicas culturais e criativas: uma síntese. In: VALIATI, Leandro; MOLLER, Gustavo (coord.). *Economia criativa, cultura e políticas públicas*. Porto Alegre: UFRGS, 2016, p. 24-42.
- MORIN, Edgard. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- PRIETO, Luis César Herrero. La contribución de la cultura y las

- artes al desarrollo econômico regional. *Journal of Regional Research Investigaciones Regionales*, Alcalá Hermande: Universidad de Alcalá, v. 18, p. 201-226, jul./dez. 2010.
- PRIETO, Luis César Herrero. La economía de la cultura em España: uma disciplina incipiente. *Revista Asturiana de Economía – RAE*. Oviedo/Asturia: Universidad de Oviedo, n. 23, p. 147-175, 2002.
- SARKOVA, Yacoff. Entrevista com Yacoff Sarkova. *FGV executiva*, v. 14, n. 3, p. 14-18, nov./dez. 2005.
- SOUZA, Mariana Barbosa de; LEITE, Clarissa Robaina. Território, turismo e sustentabilidade: um ensaio acerca da urbanização em Gramado e Canela/RS. *XII Seminário Internacional: demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea*. Santa Cruz do Sul/RS: UNISC, p. 1-21, 2015.
- THROSBY, David. *Economía y cultura*. Madrid: Cambridge University, 2001.
- TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de direito financeiro e tributário*. 13.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- TORRES, Ricardo Lobo. *O orçamento na constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.
- UNESCO. *Culture for development indicators: methodology manual*. Paris: UNESCO, 2014. Disponível em: <http://en.unesco.org/creativity/sites/foles/cdis_methodology_manual_0.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.